

DOIS MUNDOS EM REVISTA: VISÕES E INFLUÊNCIAS DA HISTORIOGRAFIA FRANCESA PARA A ESCRITA DA HISTÓRIA DO BRASIL OITOCENTISTA

Luciana Fernandes Boeira
Doutoranda em História (PPGH/UFRGS)
E-mail: l.boeira@uol.com.br

RESUMO

Este artigo tem por objetivo explorar as conexões estabelecidas entre as historiografias francesa e brasileira no século XIX a partir das relações constituídas entre três periódicos literários: a *Revue des Deux Mondes*, surgida na França, em 1829 e que se apresentava como uma grande novidade histórica, carregada de espírito cosmopolita e capaz de informar seus leitores a respeito dos hábitos e costumes dos mais diversos lugares do globo; a *Revista do IHGB*, criada no Rio de Janeiro, em 1839 e que foi o principal veículo de divulgação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), a mais importante associação brasileira dedicada à história no Oitocentos e, finalmente, o *Journal L'Investigateur*, publicação do Institut Historique de Paris (IHP), respeitada agremiação francesa destinada aos estudos históricos e que fora fundada quatro anos antes do IHGB, servindo a este como modelo inspirador.

Palavras-chave: historiografia brasileira; historiografia francesa; IHGB; nação; escrita da história.

ABSTRACT

This article aims to explore the connections between French and Brazilian historiography in the 19th Century from the relations established between three literary periodicals: the *Revue des Deux Mondes*, which emerged in France in 1829 and it was presented as a great historical novelty, loaded with cosmopolitan spirit and able to inform your readers about the habits and customs from various places of the globe, the *IHGB Magazine*, created in Rio de Janeiro in 1839, was the main vehicle for the dissemination of the Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), the leading association dedicated to Brazilian history in the 19th Century and, finally, the *Journal L'Investigateur*, publication of the Institut Historique de Paris (IHP), a respected french group intended to historical studies and had been founded four years before the IHGB, serving this as an inspiring model.

Key-words: Brazilian historiography; French historiography; IHGB; nation; writing of history.

No ano de 1838 foi criado, na Corte do Rio de Janeiro, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), associação letrada que tinha como meta principal auxiliar na constituição da história da nação brasileira. Em um século XIX caracterizado pela crescente disciplinarização da história enquanto conhecimento científico, a história que se almejava construir para o país seguia os mesmos passos que o desenvolvimento da disciplina vivenciava no continente europeu, este também motivado por princípios de cientificidade (DIAS, 2005, p. 39-126).¹ Como consequência, a história afastava-se da filosofia e da literatura e o historiador perdia seu caráter de *homme de lettres* adquirindo, pouco a pouco, o qualificativo de pesquisador.²

Em que pese a distância geográfica que o Brasil mantinha do dito “mundo civilizado”, sem dúvida era a Europa quem servia de modelo para a nação brasileira, que adotava os princípios iluministas e tomava a história como a disciplina capaz de provocar ganhos de conhecimento e estimular, continuamente, o desenvolvimento da humanidade (GUIMARÃES, 2011, p. 99). E já que o padrão era o velho continente, a reflexão sobre a história também acompanhava essa tendência. Assim, no campo econômico, era a poderosa Inglaterra que se impunha como modelo ao Brasil, ao passo que nas artes e cultura, a França era o exemplo maior. Manoel Salgado Guimarães inclusive aponta que os critérios de gosto do homem francês e uma ideia de “função civilizadora” *française* já eram difundidos no país antes mesmo deste se constituir como

¹ Luiz Costa Lima ressalta que a história oitocentista, determinada por uma concepção documentalista, seria tomada cada vez mais como uma disciplina científica, afastando seu discurso do campo ficcional. O movimento de profissionalização do historiador também caracterizou esse momento, que tinha na busca pela verdade uma de suas principais preocupações. LIMA, Luiz Costa. *História. Ficção. Literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 37.

² Sobre o momento de disciplinarização da história, diz Hartog: “E, mais amplamente, vocês sabem perfeitamente que a história se constituiu como disciplina, na segunda metade do século XIX, ao preferir, com base nos modelos das ciências naturais, a ciência ao invés da arte. Ciência de observação, ciência de análise, leitora de documentos que, um dia talvez, culminará na síntese e na dedução de leis. Lembrem-se das críticas virulentas e reiteradas de Fustel de Coulanges ou, um pouco mais tarde, as instruções minuciosas de Langlois e de Seignobos a respeito do historiador que, ao redigir seus textos, nunca deve ‘endomingar-se’! Para ela, a narrativa é sinônimo de pedantismo ou de ingenuidade (...). Mas, ao tornar-se uma disciplina, a história desconfiou dessa visão romântica. Em sua pretensão de ser, daqui em diante, ciência positiva, objetiva, baseada em fatos sólidos, ela delimitou suas ambições, com Ranke, a dizer como as coisas aconteceram, deixando o restante a Deus. Para saber e exprimir os acontecimentos, era necessário e suficiente frequentar assiduamente os arquivos (...). De maneira global, nos séculos XIX e XX, assistiu-se à afirmação e ao fortalecimento, até mesmo, ao endurecimento, das ambições científicas da história-*Geschichte* (mas, paralelamente também, à sua crítica e ao seu questionamento radical). Ao acumular fatos, o historiador procurava ou verificava as leis da história”. HARTOG, François. “Disputas a respeito da narrativa”. In: *Evidência da história: o que os historiadores veem*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011, p. 174 e 180.

Estado-nação (Idem, p.100). No ano de 1816, a partir de uma convocação do rei D. João VI, houve o desembarque no porto do Rio de Janeiro de uma missão cultural francesa, liderada por Joachim Lebreton. A partir daquele momento, o Brasil passou a se espelhar na França e artistas franceses do porte de Jean-Baptiste Debret e Nicolas-Antoine Taunay seriam responsáveis pela introdução entre os brasileiros dos princípios do neoclassicismo, estilo que alcançaria seu apogeu no reinado de D. Pedro II (PESAVENTO, 2002, p. 166).

No que toca à França, o interesse pelo Brasil, representante maior do “outro lado do mundo”, era igualmente crescente e ia ao encontro da “missão civilizadora” que os próprios franceses se incumbiram de derramar sobre o resto do mundo. As revistas literárias, que eram uma das formas mais eficientes de disseminação cultural da época, bem se prestaram para marcar essa conexão de trocas estabelecidas entre os letrados brasileiros e os representantes das letras no restante do mundo. De acordo com Sirinelli (2003, p. 249), as revistas são capazes de conferir uma estrutura ao campo intelectual, sendo um objeto precioso para a análise do movimento das ideias. Para o autor, “uma revista é antes de tudo um lugar de fermentação intelectual e de relação afetiva, ao mesmo tempo viveiro e espaço de sociabilidade, e pode ser, entre outras abordagens, estudada nessa dupla dimensão” (Idem, ibidem).

Dentro dessa perspectiva, este trabalho procura refletir sobre a visão que o mundo letrado francês estabeleceu a respeito do Brasil durante o século XIX a partir dos artigos sobre o país que foram divulgados em dois dos mais importantes periódicos literários franceses do período: a *Revue des Deux Mondes* e o *Journal* do Institut Historique de Paris (IHP). De igual maneira, o artigo procura mostrar a repercussão que tais notícias tiveram no seletor meio letrado brasileiro, a fim de perceber como os historiadores nacionais recebiam e lidavam com a exposição que o país tinha no exterior, dentro do movimento de construção da escrita da história da nação que então se arquitetava. A *Revista do IHGB*, que mantinha relação de bastante proximidade com ambos os periódicos foi escolhida como espaço de análise privilegiado para o estudo, até mesmo por ser o principal lugar de prática historiográfica no Brasil oitocentista.

Principiemos pela *Revue des Deux Mondes*, que teve, desde o início de suas atividades, o Brasil como um de seus assuntos constantes. Fundado em 1829, o

periódico se descrevia uma coletânea *cosmopolite* (*Revue des Deux Mondes*, 1848 (3), p. 30), voltada para temas que envolviam política, administração, moralidade, hábitos e costumes. Ao apresentar sua missão, o primeiro volume da revista assinalava a “verdadeira novidade” que ela representava:

Em um século todo positivo, em uma sociedade que tende a aperfeiçoar sua organização, e que procura com zelo o que pode esclarecer sua marcha, uma empresa como esta deveria ser tentada. (...) Não são as teorias administrativas que a França tem necessidade, é de administração *prática*. Importa então conhecer bem o que se passa e o que se passou em outros povos, a fim de adotar de suas instituições o que poderia se aplicar a nossos hábitos, à nossa característica, aos progressos de nossas luzes, à posição geográfica de nosso território. Muitas viagens são feitas para descrever os ambientes de um país. Tudo que é poético, tudo que se presta a brilhantes descrições, tudo que oferece o assunto de reflexões malignas, é tratado com um cuidado, com uma atenção particular; mas para o que concerne ao modo de administração local, a organização civil e política do país, seus recursos financeiros, industriais ou agrícolas, não se fala jamais de uma maneira incompleta. São questões que não podem ser abordadas senão por estudos profundos e especiais. (...) Tal é a imensa lacuna que essa *Revue* é destinada a preencher. Uma coletânea dessa espécie falta na França; e não apareceu ainda na Inglaterra. (*Revue des Deux Mondes*, 1829, p. i e ij).

Em seguida, o texto traz à tona a questão da autópsia, o “ver por si mesmo” (HARTOG, 2011, p. 203-228): ressalta que todos os homens que cooperam com artigos sobre viagens veiculados na *Revue des Deux Mondes* puderam ver com seus próprios olhos os países estrangeiros de que se ocupam em suas matérias, além de terem permanecido nesses locais por tempo suficiente para poderem descrever com exatidão suas experiências de viagem. Conforme o texto, alguns desses viajantes chegaram mesmo a exercer importantes funções nesses diferentes lugares e, por isso, puderam observar essas diversas realidades “do alto” e “sem paixão”. Aliás, era a própria publicação que afirmava ter como lema a busca pela isenção em relação ao espírito das paixões que poderiam presidir os trabalhos de alguns desses “literatos nômades”, cuja escrita acerca das realidades encontradas se fazia, frequentemente, no período imediatamente posterior às viagens exploratórias.

Ainda em relação às diretrizes apresentadas pela revista, chama atenção a pretensão que demonstrava em trabalhar com os debates parlamentares que se desenvolviam na França e na Europa, com as relações francesas em sua política exterior, bem como com as grandes questões da administração pública que poderiam trazer

interesse à França (Idem, p. ij e iij). Dessa forma, a *Revue des Deux Mondes* reforçava seus objetivos de ser lida e poder estabelecer relações com os mais diferentes lugares do globo, de maneira a ver aplicados os mesmos princípios de que se ocupava em quaisquer desses lugares (daí a remissão ao seu sentido “prático”), como se percebe no trecho final de seu editorial de abertura:

Assim, a *Revue des Deux Mondes* terá todo o mérito de uma *novidade histórica*. Desejando mesmo facilitar os desenvolvimentos de que ela é suscetível, nos admitiremos observações picantes e novas, relativas aos hábitos e costumes, às crenças religiosas e ao caráter das nações estrangeiras. Frequentemente os hábitos/costumes de um povo nos darão a razão de suas leis. A *Revue* abrangerá, a esse respeito, um grande número de informações curiosas, e para a maioria, *inéditas*; mas essa parte, embora importante, deverá sempre deixar um lugar estendido aos documentos da política, da diplomacia e da administração (Idem, p. liij).

Foi principalmente em seus primeiros anos de circulação que o Brasil se constituiu como assunto constante naquele periódico francês. Entre 1829 e 1834, houve onze publicações tendo como tema o país tropical. Nota-se que esses textos iniciais tinham o intuito de dar a conhecer o Brasil à Europa e muitos deles ofereciam descrições do território brasileiro, do tipo de governo que o país abraçava e da situação financeira da jovem nação. As matérias traziam, ainda, curiosidades sobre o Brasil, caso das matérias em que se narravam as cerimônias reais em solo brasileiro, como a descrição do episódio da sagração de D. Pedro I como Imperador do Brasil. Estudos dessa natureza confirmavam o *esprit cosmopolite* caro à *Revue des Deux Mondes* e sua intenção de ser reconhecida como uma publicação atenta ao mundo contemporâneo. Por isso, nada mais natural do que se voltar à observação de um país como a jovem nação brasileira, uma terra, como o periódico não se cansava fazer referência, destacável por suas dimensões continentais e infindáveis riquezas e, portanto, plena de possibilidades de sucesso e que naquele momento ocupava um papel estratégico dentre os estados constitucionais do Novo Mundo.

Porém, nem sempre as observações em relação à situação brasileira eram favoráveis à imagem do país. Muitas vezes, as matérias veiculadas na *Revue* denunciavam as graves crises econômicas que assolavam o país, bem como os desgastes políticos sofridos pelo governo central e que eram atrelados à sua falta de sucesso na contenção desses problemas. Apesar disso, até 1844 as matérias sobre a situação

econômico-social brasileira não repercutiriam, dentro do jovem país, de modo negativo. Naquele ano, contudo, a *Revue* cederia espaço a um artigo que causou grande controvérsia entre os brasileiros. De autoria do jornalista francês Louis de Chavagnes e intitulado “Le Brésil en 1844. Situation morale, politique, commerciale et financière” (*Revue des Deux Mondes*, 1844, p. 66-106), o trabalho era dividido em duas grandes partes (a segunda seria publicada logo na sequência, ainda em 1844), ambas criticando duramente aquilo que seu autor classificou como barbárie, ou seja, o estado em que se encontrava, segundo ele, a maioria da população brasileira. Além disso, Chavagnes fornecia uma impressão extremamente negativa da Corte de D. Pedro II, que qualificava como “muito monótona” e “triste”. Para o articulista, dentre os inúmeros problemas dos brasileiros, havia um que chamava especial atenção: o fato destes possuírem um grande amor próprio, a ponto de acreditarem ser o ponto central da civilização na América do Sul. Segundo Chavagnes, os brasileiros sonhavam em um dia poder rivalizar com a já poderosa nação norte-americana, tomando para si o papel de país-modelo para todas as populações da América Meridional. Contrariando duramente essas asserções supostamente professadas pelos brasileiros, mas reconhecendo que o Brasil era um país de grandes recursos e com solo rico, o autor afirmava que o homem brasileiro advinha de “uma raça portuguesa degenerada”.³ Ao chegar ao Rio de Janeiro, o viajante europeu podia perceber, afirmava ele, que os sonhos brasileiros e o orgulho do país eram bem diferentes da realidade bárbara em que se encontrava a grande maioria da sua população (Idem, p. 67).

Em sua ferrenha crítica ao país e, principalmente, ao Rio de Janeiro, Chavagnes não poupou nem mesmo o Imperador D. Pedro II e àqueles que o cercavam. Em relação ao Rio e às possibilidades de um viajante europeu ali encontrar algum tipo de distração,

³ Nas primeiras décadas do século XIX, mesmo um brasileiro que passara inúmeros anos no continente europeu, como José Bonifácio de Andrada e Silva, tomava a natureza brasileira como o recurso diferencial que o país possuía e que seria responsável pela regeneração, no Novo Mundo, do antigo e retrógrado Portugal, marcado negativamente pela ausência de sua Corte e pelos impactos da invasão francesa, em um *novo* Portugal, cheio de possibilidades e carregado de perspectivas de inovação e vitalidade. Assim, ao retornar ao país em que nascera, “Bonifácio empreende, de imediato, uma expedição ao interior da província de São Paulo. Precisava *ver* novamente a mesma natureza exuberante que os anos na Europa o ensinaram a avaliar como o recurso mais precioso do Brasil. Desse período inicial, marcado por uma nova febre propositiva, data seu texto sobre a ‘Necessidade de uma Academia de Agricultura no Brasil’”. ARAÚJO, Valdeí Lopes de. *A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008, p. 57. Grifo meu.

o autor considerava que, embora fosse capital do Império, a cidade oferecia poucos recursos nos quais um europeu poderia buscar prazer. Para ele, a maioria da população repelia o elemento estrangeiro e somente algumas famílias (aquelas que passaram pela experiência, mesmo que longínqua no tempo, de ter habitado a civilizada Europa) bem recebiam os de fora. A Corte, ao invés de dar um impulso à sociedade era, a seus olhos, triste e séria, governada por um Imperador que “fugia do mundo”. As festas que lá se davam eram tão raras, dizia ele, que nem mesmo poderia delas se ocupar, de modo que a única esperança possível de reverter essa situação deprimente estaria na figura de outra estrangeira – a Imperatriz Teresa Cristina: “Eu espero que a presença de uma jovem imperatriz habituada aos prazeres de uma Corte mais alegre tenha levado a uma feliz mudança na vida monótona dos cortesãos que circundam o Imperador” (Idem, p. 68).

A descrição apresentada da sociedade brasileira seguia o mesmo espírito: as mulheres, para ele, se importunavam em receber visitas, muito devido aos ciúmes dos maridos, fato que também servia para afastá-las da vida social. Assim, era somente nas raras ocasiões em que havia bailes que seria possível observar as brasileiras, que lhe pareciam ser sem graça e providas de mau gosto (Idem, p. 69). Quanto aos homens, a “ignorância” e o “amor-próprio” não faziam com que eles ocupassem posição mais agradável que as mulheres. Por tudo isso, lamentava Chavagnes, os estrangeiros ficavam isolados desfrutando da companhia de outros estrangeiros, todos se relacionando por um comum exílio.

Em relação às viagens ao interior do país, o autor também as descreveu com um olhar negativo. Eram elas difíceis de realizar por graves problemas tanto quanto à locomoção quanto aos guias. Em relação a esses, falava da “insolência dos negros” e da “simpatia” e “limpeza” dos mulatos, que julgava mais inteligentes e possuidores de melhores condições de existência que os escravos provenientes da África. Para Chavagnes, os mulatos eram, ainda, menos apáticos que os negros e executavam as ordens sem que houvesse necessidade de que fossem repetidas (Idem, p. 71).

Quando se chega à Parte II de sua descrição, subintitulada “O Governo, as Câmaras, a Sociedade Brasileira”, Chavagnes debatia a questão que mais era motivo de discussão, naquele momento, a respeito do Brasil: o futuro político e comercial do país. Conforme o jornalista, da forma em que estava organizado, o Império do Brasil, com seu

Imperador como chefe da nação, ministros o circundando, uma Câmara de Deputados e um Senado, tinha tudo para funcionar satisfatoriamente e encontrar força e prosperidade. Havia, entretanto, um obstáculo: ele se indagava se o Imperador, o Ministério e as Câmaras estariam à altura dos cargos que exerciam. A descrição de D. Pedro II que oferece a seus leitores é sofrível: o jovem monarca apresentaria uma saúde delicada e uma aparência doentia, sendo também excessivamente tímido. Faltava-lhe vivacidade de espírito, mas sobrava-lhe apatia. Por provocar compaixão àqueles que o conheciam, ficava a incerteza: conseguiria D. Pedro II exercer de maneira satisfatória as exigências de sua tarefa enquanto governante, mesmo que demonstrasse ter boas intenções?

A respeito dos ministros, a imagem oferecida por Chavagnes era igualmente aterradora: não poderia citar nenhum nome digno de ocupar os cargos que lhe foram confiados. Para ele, somente se se houvesse no Brasil algum ministro capaz de apreciar a situação das diferentes províncias do Império e compreender seus interesses e necessidades, a conjuntura do país poderia se modificar. Todavia, a “ignorância absoluta dos chefes do governo” impediria essas mudanças: “Mal esclarecidos sobre as necessidades do país, eles viam renascer sem cessar as revoluções das províncias às quais somente um emprego inteligente de autoridade poderia colocar termo”. (Idem, p. 89).

Chavagnes previa que aquele momento político (1844, ou seja, um período de desgaste causado pela longa Guerra Civil Farroupilha que assolava a Província de São Pedro do Rio Grande do Sul havia quase uma década) era o de preparação a uma crise que levaria à dissolução do Império, pois reinariam ali interesses muito diversos. Quem seria capaz de impedir essa crise, se indagava, já que a influência do Imperador era nula e nenhum sistema político era adotado pelos ministros? Somado a esse quadro terrificante, a população brasileira, apresentaria, de acordo com o autor, o ódio a estrangeiros que ele descrevera tão pormenorizadamente, além de possuir “pretensões ridículas” (leia-se, ideias separatistas), que considerava serem algumas das fontes da

desordem reinante no país e que levavam a questões sérias, como o eram as revoltas provinciais.⁴

Chavagnes distinguia a presença de múltiplas raças na composição dos cerca de cinco milhões de brasileiros como outro elemento relevante para descrever o brasileiro: em primeiro lugar, estariam os portugueses da Europa; em segundo, viriam os portugueses crioulos nascidos no Brasil, chamados brasileiros; em terceiro, viriam os mestiços de brancos e negros, ou mulatos; em quarto lugar, os mestiços de brancos e índios, ou *cabres* (caboclos); em quinto, os negros da África e, em sexto lugar, os indígenas, que, por sua vez, se subdividiam em diversos povos. Para ele, o estado moral dessa “sociedade abandonada às más paixões, aos seus instintos selvagens” era algo verdadeiramente aflitivo (Idem, p. 92).⁵

Esboçado o desolador quadro, o que seria, na opinião de Chavagnes, capaz de mudar essa difícil situação que ele pintou ao descrever o país? Segundo o viajante, a única solução possível seria fortificar a instrução: era essa a saída capaz de melhorar o conjunto desastroso que se orquestrava no Brasil. Todavia, sabia ele que isso não seria fácil, pois a maior parte dos brasileiros não recebia um ensino mais elevado que o primário. Ou seja: mesmo em sua busca por uma possível solução que pudesse partir de dentro do Império, a visão de Chavagnes esbarrava em novo impedimento. Assim, logicamente não poderia partir do próprio Brasil uma saída para suas mazelas. E para

⁴ Conforme o prognóstico sombrio de Chavagnes, “Após as diferenças com as grandes potências, vêm as querelas com os pequenos estados. Em 1828, o estabelecimento da República do Uruguai recolocou em direção ao Norte a fronteira do Brasil e lhe fez perder seu limite do Rio da Prata. Desde 1835, a Província do Rio Grande, que atinge a República do Uruguai, está em luta contra o Brasil. Sem a Guerra Civil que explodiu entre Buenos Aires e Montevidéu, o Brasil foi, depois de longo tempo, forçado a renunciar a essa Província, que se deve considerar de fato separada do Império. Uma outra Província, aquela de São Paulo, tende a se desligar do Brasil e separar-se dele daqui a alguns anos. A causa que arranca do Império essas duas províncias é a incompatibilidade de caráter e de tendências que existem entre os homens de origem espanhola, os *gaúchos* de Montevidéu e do Rio Grande, e os povos degradados/degenerados (abâtardis) de raça portuguesa. A independência de Montevidéu foi uma vitória desse sentimento de superioridade inato e real que coloca a raça espanhola em segurança da dominação dos portugueses, muito frágeis para manter sua autoridade comprometida. Os *gaúchos* do Rio Grande reconheceram os irmãos nos espanhóis de Montevidéu; eles fizeram causa comum com eles; São Paulo seguirá esse exemplo. O Brasil não poderá deter ou impedir”. CHAVAGNES, M. L. de. “Le Brésil en 1844 – Intérieur du pays, villes maritimes, avenir politique”. In: *Revue des Deux Mondes*, Tomo 3, 1844, p. 849-909. Citação na p. 906.

⁵ Segundo Chavagnes, o fenômeno mais destacável na população brasileira seria os “apossamentos da raça mulata”, que aumentariam a cada ano no Brasil. A corrupção do europeu seria um dos motivos para tal problema. E a imoralidade de todas as classes levaria a esse aumento populacional e prejudicaria a casta das colônias europeias que existiam, sobretudo nos Estados Unidos. Para ele, a única raça pura a existir ainda no país seria a dos índios selvagens, que naquele momento estavam em guerra com o Brasil.

finalizar essa parte extremamente negativa de seu relato, ele dizia: “Tal é o estado moral do Brasil. Resta ver se a administração dos recursos materiais pode oferecer, senão uma compensação a chagas tão profundas, ao menos algum alívio ao orgulho nacional” (Idem, p. 96).

Indagando-se se poderia haver esperanças em uma situação terrificante como a que vivia o Brasil, Chavagnes acreditava que a riqueza das minas e a fertilidade do solo seriam os principais fatores que colaboravam para que o Brasil escapasse de uma completa desorganização. Com um governo sempre obstinado a aplicar medidas paliativas, a nação sonharia, para ele, com uma república federativa, sem enxergar as causas do mal onde ele realmente estaria: *nos costumes* e não nas instituições. O sentimento deplorável de aversão aos estrangeiros também não cessaria de dominar o espírito dos habitantes e perturbar a visão dos políticos. Para ele, ao invés de buscarem uma vã independência, os brasileiros deveriam consagrar-se a empreender reformas morais e materiais em seu país. Confirmando essa sua visão, ele constatava que, naquele ano de 1844, o Brasil mesmo se encontrando totalmente independente da antiga metrópole portuguesa, continuava a viver uma situação de miséria e descontentamento geral.

Eis aí que o jornalista francês propôs uma maneira de remediar a difícil realidade brasileira: de acordo com ele, ao contrário do que pensavam os brasileiros, seria somente aceitando a *influência dos estrangeiros* que se poderia regenerar o Brasil. Conforme seu ponto de vista, não somente o progresso material deveria interessar ao país, mas também o contato com a sociedade europeia, pois ela era o sinônimo de civilização e, portanto, sua única porta de salvação (Idem, p. 106).

Para Chavagnes, ao Brasil faltaria uma sociedade ativa e inteligente: ao invés de tratarem os estrangeiros com ódio, deveriam ter para com eles simpatia. Isso, dizia, levaria à imigração europeia e, conseqüentemente, à indústria, ao trabalho e ao desenvolvimento da instrução. A sua França, por exemplo, poderia desenvolver com o Brasil relações de interesse às duas nações, fazendo renascer pouco a pouco no país a ordem e a prosperidade. Do contrário, ele era categórico: se o Brasil continuasse a afastar os europeus e a recusar os produtos das fábricas europeias, a miséria pública e a

desordem moral somente tenderiam a crescer e mais viva seria a possibilidade do Brasil acabar caindo na anarquia de uma república federativa.

Seu texto, enfim, assemelhava-se a uma ameaça, uma espécie de “recado” aos brasileiros: se esses não aceitassem o estrangeiro e estreitassem relações comerciais com a civilizada Europa, estariam condenados. Ao fim e ao cabo, Chavagnes se utilizou do discurso de levar civilização aos trópicos como mote para tratar do estreitamento das relações comerciais entre Brasil e França. Como se a França e o contato com uma civilização “mais avançada” que o próprio Brasil fosse o único caminho possível para evitar a barbárie completa.

Manuel de Araújo Porto Alegre, discípulo de Debret e da Missão Francesa de 1816, replicou duramente as considerações de Chavagnes em artigo publicado na revista *Minerva Brasiliense*, periódico literário surgido no Rio de Janeiro em 1843 e extinto em 1845. Em sua contestação, o brasileiro ressaltava as diferenças do Brasil e ironizava os preconceitos que estrangeiros como o jornalista Chavagnes demonstrariam ter com o país e seus hábitos e costumes, além de denunciar a postura arrogante do francês de se delegar agente de uma “missão” civilizadora que pudesse salvar o país.⁶

Na *Revista do IHGB*, no mesmo ano em que o texto de Chavagnes foi a público, o 2º secretário da casa, Manoel Ferreira Lagos, em seu relatório anual, não deixou de registrar a ojeriza causada pelo artigo do jornalista francês. Disse ele:

Chegando ao conhecimento do Instituto a indignação que produzira nesta Corte um artigo publicado em Julho do corrente ano da *Revista dos Dois Mundos*, sob o título de “O Brasil em 1844, sua situação moral, política, comercial e financeira”, e em que seu autor, acobertando-se debaixo do pseudo nome de M. de Chavagnes, além de imperdoáveis inexactidões em que caiu, lança sobre as nossas instituições, e em geral sobre os Brasileiros, toda a sorte de apodos e impropérios, em recompensa do generoso agasalho que aqui recebeu, como mesmo confessa; não obstante as refutações que já em nossos periódicos tem tido o sobredito artigo, encarregou ao Sr. Desembargador Rodrigo de Souza da Silva Pontes de emitir o seu juízo a respeito, comissão que este nosso ilustre consócio aceitou (...) (*Revista do IHGB*, Suplemento, 1884, p. 12-13).

De acordo com Lagos, houve outros periódicos brasileiros que repercutiram o caso. E a *Revista do IHGB*, mesmo que trabalhasse energicamente, principalmente nesses

⁶ A respeito da *Minerva Brasiliense*, ver LIMA, Lílian Martins de. “Um discurso sobre o Brasil: uma análise do jornal *Minerva Brasiliense* (1843-1845)”. Disponível em: <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao16/materia02/texto02.pdf>. Último acesso em 13/06/2013.

primeiros anos de sua existência, para cultivar e manter boas relações com outras academias e periódicos estrangeiros, não se calou ou deixou passar em branco o duro golpe provocado pelo artigo de Chavagnes. Mesmo em relação a uma publicação do porte da *Revue des Deux Mondes*, respeitada, lida e debatida nos principais círculos letrados do país (era o periódico distribuído tanto no Rio de Janeiro quanto em outros centros do Brasil, como São Paulo e Recife), a reação era imprescindível. E a *Revue*, embora se dissesse possuidora de um caráter cosmopolita e se mostrasse aberta a estudar novas formas de cultura, por vezes provocou enérgicas reações no meio intelectual brasileiro justamente pela apresentação de “testemunhos ainda impregnados de exotismo” acerca das viagens e missões científicas estrangeiras ao Novo Mundo.⁷

Em outras passagens do periódico que tratam na nação brasileira, se percebe tanto o interesse do europeu pelo Brasil, *exotique* a seus olhos, quanto se observam considerações a respeito da importância que havia na Europa, em um momento histórico de grandes mudanças na sua sociedade, voltar seu olhar para a América, até então tão negligenciada pelos estudiosos europeus. Um exemplo é o texto do viajante inglês Francis de Castelnau, “L’Araguaïl, scènes de voyage dans l’Amérique du Sud”, publicado no terceiro tomo da *Revue des Deux Mondes* de 1848 ((3), 1848, p. 198-223).⁸

⁷ Sobre o assunto, há o importante trabalho, disponível online, “Passagens Oceânicas, a Revista Nitheroy & a Revue des Deux Mondes”. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/francebr/revistasliterarias.htm>. Último acesso em 13/06/2013.

⁸ O Conde de Castelnau, Francis de La Porte, chefiou, em 1843, uma expedição ao Brasil enviada pelo governo francês. Tal expedição tinha como meta cruzar a América do Sul e, para tal, percorreu as províncias de Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás, além de chegarem à Bolívia, Peru, Amazonas e Pará, no território brasileiro. Em 1856, o Conde de Castelnau publicaria, na França, uma obra sobre sua experiência de viagem ao Brasil. Essa obra não foi bem recebida pelos brasileiros, que se sentiram, mais uma vez, atacados pelas críticas sofridas devido ao duro olhar que um estrangeiro derramava sobre o modo de viver e o território nacional. No que toca ao IHGB, a repercussão foi grande e gerou, inclusive, um pedido feito ao governo imperial para que se criasse uma comissão científica nacional a fim de estudar o interior do Brasil, ideia esta imediatamente aprovada. A “Fala do Presidente, o Ex^{mo} Sr. Visconde de Sapucaí”, comentava sobre o parecer dado pelo IHGB, através do sócio Ferreira Lagos, a respeito da obra de Castelnau. O referido parecer fora lido por seu autor, Lagos, nas sessões ordinárias do IHGB daquele ano, mais precisamente nas primeiras reuniões da entidade para o ano social, em maio de 1856. Em seu discurso, Sapucaí assim se refere à obra do viajante francês: “Nosso benemérito consócio, segundo vice-presidente, autor da erudita, aprazível e engenhosa análise crítica da viagem do Conde de Castelnau, que será franqueada ao público na *Revista trimensal*, quando punha remate à leitura da sua interessante obra, propôs, em sessão ordinária, que se representasse ao governo imperial a necessidade da criação de uma comissão de engenheiros e naturalistas que tivesse por fim explorar o interior de algumas províncias do Império. Aprovada unanimemente no Instituto, foi a proposta acolhida pelo governo; e bem aceita pelos representantes da nação em ambas as câmaras, adquiriu os foros de lei do Estado. Então o nosso douto consócio que dirige a larga repartição dos negócios do Império, a quem incumbe a execução da lei, e a quem o Instituto deve tanto, levou sua confiança na nossa associação ao ponto de encarregá-la de indicar

Ali, o autor ressaltava que chegara o momento da Europa perceber a América e dar-lhe a devida atenção. Para ele, o vasto continente americano iria, um dia, ter um crucial papel na história da civilização e, portanto, era necessário dele se ocupar. Percebe-se, em seu discurso, que a história estaria a serviço do futuro: era necessário conhecer o passado e o presente para que, no futuro, se pudesse usar esse conhecimento em prol de alguma coisa positiva, do progresso. Portanto, conhecer o passado era a possibilidade de pensar no futuro (a história servindo ou, melhor dizendo, se voltando para o futuro), princípios caros à *Revue des Deux Mondes*, que começava, concomitantemente, a refletir sobre o novo momento que a Europa vivia naquele período de efervescência dado pelas Revoluções de 1848, a chamada Primavera dos Povos.⁹ A consciência de que o momento histórico presente era de suma importância para os povos europeus era expressa do editorial da *Revue*:

as pessoas que deviam compor a comissão e de organizar as instruções respectivas". A comissão científica era quase toda ela composta de sócios do IHGB. SAPUCAÍ, Visconde de. "Fala do Presidente o Ex^{mo} Sr. Visconde de Sapucaí". *Revista do IHGB*, Suplemento, 1856, p. 90. Para mais informações sobre a viagem expedicionária de Castelnau no Brasil, ver SENA, Divino Marcos de. Tropas e condutores em Mato Grosso: camaradas e arrieiros (primeira metade do século XIX). In: *Revista Brasileira de História e Ciências Sociais*, São Leopoldo, vol. 3, n. 5, p. 44-55, jul. 2011. Sobre a criação da comissão científica e seus desdobramentos, ver GUIMARÃES, Manoel Salgado. *Historiografia e nação no Brasil. 1838-1857*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011. Edições ANPUH, p. 140-141.

⁹ Costuma-se chamar o ano de 1848 como "o ano da revolução", em uma alusão aos sucessivos levantes que aconteceram pela Europa e que têm relação com uma considerável crise econômica sentida havia quase dois anos no Velho Mundo. Assim, por conta da fome gerada pelas crises do capitalismo financeiro internacional, pelas colheitas insuficientes para alimentar a população e em nome da liberdade política e da defesa da nacionalidade, o povo europeu pegou em armas e foi às ruas lutar por suas reivindicações e direitos. Tendo como foco irradiador a revolta de fevereiro, ocorrida em Paris, a "febre da revolução" logo se espalhou por outras regiões do continente, como Áustria e Estados germânicos e italianos. Em sua avaliação sobre a Revolução europeia de 1848, a "última revolução geral do Ocidente", como afirmou Hobsbawm, diz Marvin Perry: "Antes de 1848, os democratas idealistas anteviam o nascimento de uma nova Europa, de pessoas livres e nações emancipadas. As revoluções da Europa central mostraram que o nacionalismo e o liberalismo não eram aliados naturais, que os nacionalistas eram frequentemente indiferentes aos direitos dos outros povos. (...) Os propósitos liberais e nacionalistas dos revolucionários não foram realizados, mas os ganhos liberais não foram insignificantes. Todos os homens franceses obtiveram o direito de voto; os serviços prestados pelos camponeses aos senhores foram abolidos na Áustria e nos Estados alemães; e parlamentos, dominados, é certo, por príncipes e aristocratas, foram estabelecidos na Prússia e em outros Estados alemães. Nas décadas seguintes, as reformas liberais se tornariam mais difundidas. Essas reformas foram introduzidas pacificamente, pois o fracasso das revoluções de 1848 convenceu a muitos, inclusive os liberais, de que levantes populares eram caminhos ineficazes para a modificação da sociedade. A era das revoluções, iniciada pela Revolução Francesa, tinha terminado". PERRY, Marvin. *Civilização ocidental: uma história concisa*. São Paulo: Martins Fontes, 2002, p. 407-408. Sobre o momento histórico que levou às Revoluções de 1848 na Europa, ver também HOBBSAWM, Eric. *A Era das revoluções: Europa, 1789-1848*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005, especialmente p. 409-423. HOBBSAWM, Eric. *A Era do capital, 1848-1875*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004, especialmente p. 27-53.

A *Revue des Deux Mondes* nasceu em fevereiro de 1831, no dia seguinte à Revolução de Julho. Ela cumpria seu décimo sétimo ano até que outra revolução veio dispersar os homens e as instituições de 1830. Na presença de uma ordem das coisas tão nova, cada órgão de publicidade se interrogou sobre a parte que havia a tomar, sobre o papel que ele poderia preencher no movimento intelectual e social que modifica tão profundamente o estado do país e aquele da Europa. Em tais circunstâncias, uma olhada sobre o passado é para cada um o guia mais certo e a *Revue* compreendeu primeiramente os deveres que lhe traçam as circunstâncias e os fatos. (*Revue des Deux Mondes*, 1848 (3), p. 1).¹⁰

No final desse texto propositivo escrito no terceiro tomo de 1848, a publicação trazia um índice de matérias publicadas nos seus dezessete anos de vida. Tal índice tinha como intuito servir de guia para a escrita do período 1831-1848. Havia, pois, uma clara preocupação com a elaboração da história: os fatos coletados e reunidos na *Revue des Deux Mondes* seriam fonte indispensável para a escrita da história. E esse movimento de reunião de documentos se dava precisamente em um momento de grande importância social: em meio à Revolução de 1848, ocasião que fez a intelectualidade que girava em torno do periódico perceber que mudanças capitais ocorreriam na Europa após a eclosão do movimento revolucionário.¹¹ O princípio da previsibilidade estava colocado: a *Revue des Deux Mondes* enquanto empreendimento intelectual apresentava um projeto para o futuro: tinha consciência que seria importante para as gerações do porvir poder

¹⁰ Dizia o editorial que nos primeiros dias de 1831, a *Revue* começava uma existência simples e modesta, sem jamais buscar popularidade em escândalos. Colocava também que nesses 17 anos, foi ela um dos principais centros intelectuais da França. Sobre a Revolução iniciada por volta de 1829-1830, afirmava-se que a publicação soube discernir os homens de valor saídos do movimento literário de 1829 e do movimento político de 1830. Em uma auto avaliação, se acreditava que a *Revue* soubera fazer o necessário: agrupar e conciliar os espíritos diversos que esse tempo mostrou, atraindo para o periódico os nomes mais eminentes das letras e da política. Bastaria ao leitor dar uma olhada sobre o índice de matérias tratadas pelo periódico nos seus 17 anos para julgar se a *Revue des Deux Mondes* não esteve preocupada com os progressos do espírito humano, com o desenvolvimento da indústria e com o melhoramento das classes trabalhadoras, alegava o editorial. Para ele, a *Revue* tratou das questões e dos interesses do mundo contemporâneo em seus 17 anos de existência, tornando-se referência incontornável àqueles que desejassem escrever a história política e literária do período. *Revue des Deux Mondes*, Tomo 3, 1848, p. 1-3.

¹¹ Eric Hobsbawm chama atenção para a velocidade da disseminação revolucionária de 1848: nunca uma revolução se espalhou tão rápida e amplamente, “alastrando-se como fogo na palha sobre fronteiras, países e mesmo oceanos”. Destaca o autor que a repercussão da série de revoluções que se deram em 1848 chegou ao Brasil, tendo tido influência direta na Insurreição Praieira, iniciada em Pernambuco, ainda naquele ano. HOBBSAWM, Eric. *A Era do capital, 1848-1875*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004, p. 28. Para uma interpretação recente da participação das camadas populares e subalternas na Insurreição Praieira, ver CARVALHO, Marcus J. M. de. Os nomes da Revolução: lideranças populares na Insurreição Praieira, Recife, 1848-1849. In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 23, n. 45, p. 209-238. 2003.

tomá-la como um ponto de referência e orientação para o que se escreveria, a partir dali, a respeito das questões contemporâneas daquela época.¹²

Em 1851, uma nova publicação sobre o Brasil reforçava ainda mais essa ideia. O texto “L’empire du Brésil et la société brésilienne en 1850”, de Émile Adêt (*Revue de Deux Mondes*, 1851 (1), p. 1082-1105), no qual o autor mostrava a importância, em 1850, de conhecer o Brasil, pelo valor econômico e político daquele “gigante” da América Meridional. Entender o Império do Brasil e suas novas instituições de história e geografia era o mote do texto. Estudos dessa natureza, dizia o autor, tornariam o país pronto para seguir seu caminho rumo ao progresso.

O texto é particularmente interessante por tratar pormenorizadamente das províncias brasileiras e, principalmente, por dar especial atenção à Província do Rio Grande do Sul, tomada por ele como inquieta e audaciosa por ter abalado a soberania nacional durante a Revolução Farroupilha (1835-1845).¹³ Adêt apresentava, em seu

¹² Após a apresentação do índice de matérias, se afirmava que a *Revue*, depois da eclosão da Revolução de 1848, seguia disposta a continuar observando o que acontecia na literatura e na política francesa e europeia. O texto pedia, ainda, que os agrônomos e as sociedades agrícolas colaborassem com o periódico. Em relação ao estrangeiro, também solicitava a continuidade das colaborações. A situação da Europa, constatava a publicação, abriria um novo campo de observações, dando uma fisionomia nova à vida pública na Itália, Alemanha, países escandinavos, Áustria e populações próximas ao Rio Danúbio. A partir dali, o pensamento poderia ser produzido livremente, como no caso das análises que começavam a se realizar em cima da ideia de raça. Ideia essa que, segundo a *Revue*, agitava toda a Europa Oriental e que aproximava cada vez mais alguns países, caso da Suécia e da Dinamarca. O texto tratava, também, dos Magyars, que, com Polônia e Grécia, contribuíram poderosamente para o despertar das raças oprimidas e que naquele momento estavam entrando na família dos povos ativos com uma literatura abundante e de ricas inspirações. O texto afirmava que a *Revue* estudaria essa questão das raças com um espírito de imparcialidade, cara aos princípios da cientificidade. E não com menos cuidado a *Revue* anunciava que estudaria, ainda, o movimento pacífico vivido na Grã-Bretanha em meio às convulsões observadas na Europa. Também se debruçaria sobre os Estados Unidos, que desde o século XVIII, dizia o editorial, continuava com regularidade e sucesso sua grande experiência democrática. Em relação à América do Sul e o Extremo Oriente, as considerações apresentadas eram bem mais modestas, talvez pela falta de dados informativos suficientes. Entretanto, afirmava a *Revue* que desejava dar continuidade às relações de pesquisa e compreensão desses locais, estendendo ainda mais um trabalho já iniciado. *Revue des Deux Mondes*, Tomo 3, 1848, p. 32.

¹³ Adêt comentou rapidamente o conflito civil travado entre Rio Grande do Sul e Brasil no momento em que seu texto tratou das receitas e despesas do Império. Dizia ele que, em 1850, o governo central esperava equilibrar o orçamento das despesas com as receitas, mas que isso não se deu enquanto durou a “guerra com a província revoltada do Rio Grande do Sul”. Ao se referir às despesas que o Brasil tinha com marinha e guerra, ele tocou mais pormenorizadamente na questão da guerra farroupilha. Pode-se perceber, pelas palavras do autor, o temor que pairava no ar acerca de um novo conflito armado que a Província de São Pedro pudesse reavivar para com o Império: “O governo de D. Pedro II mantém sob armas uma força de cerca de vinte e três mil homens. Após a pacificação da Província do Rio Grande, cuja revolta contra o governo durou nove anos, todos esperavam ver o país finalmente retornando seu caminho normal, renunciando a esse contingente de forças desnecessárias. Ele não fez isso. A luta que se prolonga entre Buenos Aires e Montevidéu ainda são permitiu nenhuma redução do poderio militar do

texto, o então jovem Imperador D. Pedro II de maneira diferente daquela colocada alguns anos antes por seu compatriota Chavagnes: ele elogiava o pulso firme com que o monarca tratou a questão da revolta sulina, fator que afirmou ter sido necessário para deixar a população do Brasil unida e evitar um maior desdobramento de dissoluções internas no vasto país.

Em 1858, o brasileiro João Manoel Pereira da Silva também teve um artigo publicado no periódico: “Le Brésil en 1858 sous l'Empereur Dom Pedro II” (*Revue des Deux Mondes*, 1858 (2), p. 791-834). Um texto que continha a marca do tempo presente, o que é bem interessante, nesse contexto de século XIX, em que a escrita da história presentista era algo problemático, ao menos no Brasil (TIBURSKI, 2010).¹⁴ Nesse texto, Pereira da Silva tocava na questão da imigração europeia no país, que, segundo ele, ajudaria o Brasil a se civilizar, se livrar da mão de obra proveniente da raça negra e encontrar um bom caminho de desenvolvimento. No texto, o autor deixava claro que a colonização deveria ser o caminho e a verdadeira política nacional brasileira. No que toca à vida cultural, as relações intelectuais entre Brasil e França foram consideradas

Brasil. A Província do Rio Grande, que se estende na extremidade sul do Império, e que por muito tempo fez fracassarem as forças do governo, *sempre incubou em seu seio algum fermento de agitação, algum desejo de independência*. Esta província, que atinge a Banda Oriental, cuja capital é Montevideu, e mantém com esta república um forte e ampliado comércio, lhe dá naturalmente suportes em relação às hostilidades contra Rosas, que constantemente a ameaça. O Brasil mantém espalhada ao longo dessa fronteira um corpo armado que manterá, espera-se, apenas seu papel de monitoramento. Com efeito, recentemente, quando o Paraguai chegou a ocupar militarmente, como se fosse sua propriedade, as planícies entre o Paraná e Uruguai, o Brasil chegou ao ponto de intervir entre o país e a República Argentina, que alegou, por sua vez, esta faixa de terra como parte integrante da província de Corrientes”. ADÊT, Émile. “L'empire du Brésil et la société brésilienne en 1850”. In: *Revue des Deux Mondes*, Tomo 1, 1850, p. 1082-1105. Citação, pp. 1097-1098. Grifos meus.

¹⁴ Temístocles Cezar ressalta que fazer história do tempo presente não era algo “proibido”, mas que, para fazê-la, o historiador brasileiro oitocentista deveria seguir determinados princípios, principalmente no que toca à imparcialidade, como explica nesta passagem: “Em primeiro lugar, *constata-se que uma noção de história do presente aparece desde o início do IHGB* (e continuará a se desenvolver ao longo do século XIX). Aparentemente, o Instituto não reprova ninguém por realizar esse gênero de história, apenas por fazê-la mal, ou seja, sem imparcialidade nem critério. Essas duas características negativas dificultam o trabalho de memória, que, nesse caso, é informada tanto pela escritura, como pela visão. A história do tempo presente é, nessa perspectiva, um tipo de história que pode ser vista. A memória opera, também, sobre um espaço ótico. No entanto, o registro do tempo depende de outros suportes que vão além do simples dispositivo baseado em uma visão retrospectiva. É preciso que o historiador, alojado no IHGB, faça seu trabalho: corrigir os erros cometidos. Essa exegese determina um primeiro domínio de pesquisa cuja consequência deve ‘salvar’ os fatos que conferem sentido à história brasileira da ‘indigna obscuridade’ em que se encontram, bem como definir os objetos que devem ser melhor assinalados, descritos e mensurados (...)”. CEZAR, Temístocles. Lição sobre a escrita da história. *Historiografia e nação no Brasil do século XIX*. In: *Diálogos*, Maringá, v. 8, n. 1, p. 15-16, 2004. Grifos meus.

por Pereira da Silva como de vital importância para desenvolver no Brasil o amor às letras (*Revue des Deux Mondes*, 1858 (2), p. 818).

Outro periódico francês que teve bastante influência para a elite letrada brasileira no século XIX foi o *Journal de l'Institut Historique de Paris*, publicação que surgiu na capital francesa, em 1834, quatro anos antes, portanto, da criação do IHGB e cinco anos antes do surgimento da *Revista* da associação brasileira. Manoel Salgado Guimarães destaca que a proximidade entre a instituição francesa e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro era notável: entre 1834 e 1850, quarenta e seis brasileiros foram sócios do Institut Historique de Paris (IHP). Desses, vinte e seis eram, igualmente, associados ao IHGB, o que evidencia a estreita afinidade que mantinham as duas instituições. De acordo com o autor:

Não se deve desprezar o fato de que, para os fundadores do IHGB, a repercussão de seu trabalho por meio de uma instituição com sede em Paris significava legitimá-lo. Por sua vez, o IHP, enraizado na crença da função civilizadora da cultura francesa, surgia como modelo para a fundação do IHGB (GUIMARÃES, 2011, p.102).

Guimarães lembra que a fundação do IHP tinha uma relação direta com o movimento romântico, que, por sua vez, apresentava como característica singular seu grande interesse pela história (BANN, 1995). O passado fornecia aos românticos o material literário e se configurou como objeto de um trabalho sistemático. A questão nacional, outro ponto intrinsecamente ligado à história que se desejava construir para as nações em formação, estava em voga e a busca pelas raízes nacionais imperava nas pesquisas históricas (GUIMARÃES, 2011, p. 103). Deste modo, o jornalista francês Eugène de Monglave (1796-1873) em parceria com o historiador Joseph Michaud (1767-1849) trabalhou para a criação do IHP, fundado no final de 1833 e constituído em abril de 1834. Nas páginas iniciais do *Journal de l'Institut Historique de Paris* (que, posteriormente, passaria a se chamar *L'Investigateur, Journal de l'Institut Historique de Paris*), assim se lia:

O Instituto histórico foi fundado para encorajar, dirigir e propagar os estudos históricos na França ou no estrangeiro. Ele faz pesquisar, dentro e fora, os documentos que podem lançar alguma luz sobre uma época ou sobre um fato histórico pouco conhecido, e os publica inteiros ou por extratos. Ele se corresponde com sociedades *savantes* francesas e estrangeiras. Ele publica a coletânea de seus trabalhos. Os membros do Instituto histórico, franceses e estrangeiros, recebem gratuitamente o jornal. Esse jornal se publica uma vez

por mês. Cada número contém 4 folhas de impressão, ou 50 folhas por ano, divididas em 2 volumes in-8º, com cobertura impressa (...).

Nas páginas posteriores, se encontrava esboçada a concepção de história que permeava a publicação, elaborada por Casimir Broussais, médico agregado à Faculdade de Medicina de Paris e professor adjunto do Hospital Militar de Instrução do Val-de-Grâce. Broussais era membro da 4ª classe do Instituto Histórico (àquela destinada aos estudos das ciências físicas e matemáticas). O primeiro parágrafo já diz o seguinte:

Em nossa época de inteligência e de ação, a história se tornou uma necessidade imposta a todos; ela é, com efeito, o complemento de todo estudo, a condição de todo progresso. Todo conhecimento, para ser completo, é triplo; ela abraça o presente, o passado e o futuro. Para conhecer a fundo um objeto qualquer, é necessário saber de onde ele vem, o que ele é, aonde ele vai (...). A necessidade da história nos persegue por todos os lugares em todo o momento (*L'Investigateur*, 1834 (1), p. 1)

E o autor seguia listando as necessidades imperiosas de história, inclusive, para que as leis históricas pudessem ser feitas. Nem mesmo às belas artes a história seria indiferente, dizia o texto: nunca indiferente a um filósofo, a um artista ou até àqueles que são chamados para governar os homens. Broussais procurava em vão a quem a história poderia ser inútil, mas não encontrava, pois ela estaria presente, segundo ele, em toda educação liberal. Porém, o autor reclamava que era pequeno o lugar que a história ocupava em comparação com a importância que tinha para as nações: “Estreitando esse quadro imenso da instrução histórica, se faz dela um braço da literatura, e nada mais; algo de agradável e não útil; um objeto de luxo, enfim, e não de necessidade” (Idem, p. 1).

Broussais afirmava que era indispensável um ensinamento histórico que reunisse todos os braços da história (que estariam, até então, dispersos). E justamente para realizar esse pensamento, é que se teve a ideia de fundar o IHP, uma instituição que tinha como meta abraçar todos os conhecimentos históricos em seu conjunto. Ao invés de limitar a história aos estudos ordinários dos eventos que preenchiam a vida exterior das nações, o IHP desejava expandir o conhecimento de suas ideias, de suas ciências, de suas opiniões, de seus cultos, de seu gênio, quer dizer, de tudo que constituía, para eles, a vida íntima da humanidade. Por isso, a divisão proposta em tratar, no periódico da instituição, a história em seis classes: História Geral (1ª classe); História das ciências sociais e filosóficas (2ª classe); História das línguas e das literaturas (3ª classe); História

das ciências físicas e matemáticas (4ª classe); História das Belas Artes (5ª classe) e, finalmente, História da França (6ª classe).

Como destaca Guimarães (2011, p. 106), havia certo “ecletismo teórico” no IHP, pois, embora o Instituto Histórico estivesse reunido pelo interesse comum dos que cultivavam a história, Broussais afirma que nenhum de seus membros estaria associado a alguma escola histórica específica. O que se almejava seria constatar e avançar em uma ciência da história (*L'Investigateur*, 1834 (1), p. 2) e de relacionar os vários trabalhos isolados, de forma que cada um contribuiria um pouco para a formação do campo. Broussais lembrava, ainda, que a história era um conhecimento específico e não algo que todos os homens dominavam. Por isso, ele desafiava que se interrogassem químicos, físicos, naturalistas e se verificasse quantos deles saberiam a história de suas especialidades: “Quantos advogados não terão somente uma ideia estreita e confusa da história do Direito!” (Idem, p. 2), se indagava.

Para Broussais, esses *savantes* de cada área gostariam de ver as luzes do aprofundar da história nas outras ciências. “Certamente, não é hoje que nasce o pensamento de uma história completa da humanidade; mas é hoje que todos os homens de luz e de labor devem se associar para assegurar sua realização” (Idem, p. 2).

Organizarem-se em uma associação, como fizeram os membros do IHP não contemplaria, contudo, todos os esforços que o cultivo do saber histórico demandava. Era preciso mais: seria necessário buscar se comunicar com o público, dar provas da existência da associação e agir sobre as inteligências para mostrar a utilidade atual, real e positiva que a sociedade poderia retirar dos estudos históricos (Idem, ibidem). Um *Journal*, como o que ora Broussais apresentava, seria um meio de atingir tal finalidade. Porém, ponderava em seu discurso, os textos e matérias contidos no periódico não deveriam se limitar aos trabalhos lidos nas reuniões do grupo que girava em torno da associação. Por isso, o *Journal* estaria aberto para receber e divulgar todo trabalho histórico que sua comissão de redação julgasse digno de aparecer na revista.

Manoel Salgado Guimaraes repara que a reflexão teórica e metodológica tinha um lugar seguro e reservado na revista do IHP - o que permitiria, portanto, ao historiador da historiografia reconstruir a concepção de história ali representada. Para ele, “ao lado da compreensão da história como ciência social abrangente, atribuiu-se à mesma disciplina

ainda uma função pragmática: a história como mestra da vida” (GUIMARÃES, 2011, p. 105).¹⁵ Dessa forma, os membros do IHP pressupunham que a história era um todo e, assim, contar cada parcela da história da França era caminhar na possibilidade de esboçar um *quadro geral* da história do país (Idem, p. 106). Algo que o IHGB também tentava colocar em prática através da centralização da história das províncias brasileiras no acervo e no arquivo que o IHGB projetava construir, fazendo do Instituto Brasileiro o local para onde deveriam convergir todas as fontes acerca do passado nacional (GUIMARÃES, 1988, p. 8).

Em relação às trocas entre o IHP e o IHGB, Manoel Salgado lembra que essas eram constantes. Desde a Missão Francesa de 1816, passando pela leitura e recepção da *Revue des Deux Mondes* no Brasil e, é claro, pela enorme influência cultural francesa no país (em esferas diversas como o teatro, a literatura, a moda e o estudo da língua, por exemplo), o contato entre Brasil e França era uma realidade vivaz. O interesse francês pelo país permitia supor “que a fundação de um império no continente sul-americano ia ao encontro de certos circuitos sociais franceses” (GUIMARÃES, 2011, p. 110).¹⁶

¹⁵ Reinhart Koselleck lembra que a história mestra da vida (*historia magistra vitae*) teve sua formulação associada ao contexto da retórica. Segundo ele, “somente o orador seria capaz de conferir imortalidade à vida das histórias instrutivas”. Era a história que oferecia ao historiador a coleção de exemplos (“*plena exemplorum est historia*”) a partir da qual esse orador instruiria seus ouvintes. No moderno conceito de história, essa dimensão de história “mestra” se perdeu e a história passou, gradativamente, a ser percebida como uma disciplina dotada da capacidade de compreender e explicar os processos históricos em sua unicidade. Uma perspectiva de história como *magistra vitae* ainda se fazia preponderante, por exemplo, em relação ao tipo de história emanado dos escritos presentes na *Revista do IHGB* no século XIX, como mostra Maria da Glória de Oliveira. Embora reconheça que, no século XIX, tenha se dado a disseminação de uma nova consciência histórica que culminaria com a dissolução do *topos* da *historia magistra vitae*, a historiadora afirma que, no IHGB oitocentista, a *historia magistra vitae* permaneceria como forma de pensar a história, embora pudessem ser percebidas, principalmente nos anos finais do século XIX, algumas críticas à ênfase instrutiva e exemplar das histórias dos grandes homens do passado. Segundo a autora, “Concebida como mestra da vida, a história nacional podia ser apreendida por meio das ações dos grandes homens do passado, constituindo-se em um inesgotável repertório de exemplos para o presente e para o futuro. Entre os letrados oitocentistas, as referências constantes aos preceitos antigos de Cícero e Plutarco indicavam a longa vigência de uma concepção humanista de história, notadamente firmada nas proposições do 1º secretário perpétuo, Januário da Cunha Barbosa”. Assim, a história não precisou, diz Oliveira, renunciar à antiga função de *magistra vitae* em nome dos modernos axiomas de cientificidade. OLIVEIRA, Maria da Glória de. *Escrever vidas, narrar a história. A biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: FGV Editora/ EDUR/ ANPUH-Rio, 2011, p. 171; KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006, p. 43-44.

¹⁶ Em 1886, Joaquim Norberto de Souza e Silva diria: “Não conta ainda meio século de existência e já o Instituto Histórico, curvado sob sua patriótica missão, tem adquirido uma reputação como que secular, e que toda redundante em realce do país. Foi o Instituto Histórico que abriu relações científicas e literárias entre o Brasil e o Velho Mundo, e fez inscrever nas atas das antigas academias da culta Europa, sob o entusiasmo de seus sábios, mais o nome de uma nação dada às investigações da inteligência, a fim de

Dentre os textos sobre o Brasil divulgados no *Journal*, um, publicado neste mesmo número de estreia do magazine, chama especial atenção: “Résumé de l'histoire de la littérature, des sciences et des arts au Brésil” (*L'Investigateur*, 1834 (1), p. 47-53), elaborado por três brasileiros, que eram, igualmente, membros do IHP: Domingos José Gonçalves de Magalhães, Francisco de Sales Torres Homem e Manoel de Araújo Porto Alegre. Os jovens literatos afirmam, já no início do texto, que o amor pelos estudos foi o responsável por atraí-los à França e, particularmente, aos bancos do IHP. Começavam o trabalho com considerações de Gonçalves de Magalhães, que se dizia há muito desejoso de escrever uma história literária do Brasil, pois o país ainda não a possuía, por ser, segundo ele, uma nação jovem (“nascida ontem”) e fértil tão somente em produções naturais. No entanto, em uma total sintonia com o movimento romântico em voga, Magalhães afirmava que o país possuía mais que fecundos recursos naturais: contaria com poetas. Segundo Magalhães, era justamente por conta da natureza exuberante que o cercava que o brasileiro já nasceria propenso para a música e a poesia.¹⁷

A Salles Torres Homem coube explicar os significados e mudanças que ocorreram no Brasil desde o início do século XIX, ligando tais mudanças ao período de transformações sociais imediatamente posteriores à Revolução Francesa. Torres Homem situava por essa época o surgimento das ciências no Brasil, com a importação, via Portugal, de médicos, matemáticos, naturalistas e literatos.¹⁸

também por sua vez pagar a devida contribuição à história da humanidade, em que se resumem os anais de todos os povos cultos. Coroado com o prestígio que lhe dá o diadema imperial – auxiliado pelo poder legislativo, que lhe proporciona os recursos necessários – acompanhado com a adesão de todos os corpos científicos e literários do Império e das nações estrangeiras, - conquistou o Instituto Histórico o eminente lugar que hoje ocupa, realizando as esperanças que concebera o seu augusto protetor. Trago à lembrança estas recordações porque sempre é bom, útil e agradável revivê-las, para que não se esqueça que a criação do Instituto Histórico foi uma necessidade e é e sê-lo-á a sua continuação”. SILVA, Joaquim Norberto de Souza. “Discurso do Presidente interino, o Sr. J. Norberto de Souza Silva. Sessão Magna Aniversária do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no dia 15 de dezembro de 1886”. *Revista do IHGB*, Tomo XLIX, parte 2, p. 493.

¹⁷ A revista-símbolo do romantismo brasileiro, *Revista Niterói*, publicada por Torres Homem, Magalhães e Araújo Porto Alegre em 1836, seria objeto de atenção dentro do IHP. Através de uma resenha crítica bastante positivo de Eugène de Monglave, secretário perpétuo do IHP, a publicação foi vivamente exaltada e os jovens literatos aplaudidos por sua iniciativa. MONGLAVE, Eugène de. “Nitheroy. Revista Brasiliense. Ciencias, Letras e Artes” (T. I, 1er livraison, 12 feuilles in-8, avec cette épigraphe: - Tudo pelo Brasil e para o Brasil). *Compte rendu* de Eugène Garay de MONGLAVE. In: *L'Investigateur*, Tome 4, 1836, p. 209-211.

¹⁸ No período anterior à chegada da família real, a situação descrita era outra: “Figura-vos uma nação forçada a ficar imóvel e, todos os elementos da humanidade e se absorver profundamente na unidade de um despotismo sistematicamente opressor: vós concluí qual deveria ser o estado das ciências no Brasil

Na sequência, Araújo Porto Alegre esboçava um quadro a respeito de como se desenvolviam as belas artes no Brasil. De acordo com o jovem literato, tratava-se de um quadro bastante promissor e, como não poderia deixar de ser, ilustrado como estritamente ligado à herança e influência europeia (francesa, principalmente).

Os textos sobre o Brasil produzidos pelo célebre Debret também mereceram destaque nas páginas do *Journal* do IHP. A obra “Voyage pittoresque et historique au Brésil, depuis 1816 jusqu'en 1831, ou séjour d'un artiste français au Brésil, pendant les quinze premières années de sa régénération politique”, recebeu uma resenha do sócio do IHP, o arquiteto Stéphane Niquet, por ocasião de sua oitava edição na França. Debret, que na época acumulava as funções de pintor e professor da Academia Imperial Brasileira de Belas Artes do Rio de Janeiro, era também sócio correspondente do Instituto da França e membro titular do Institut Historique.¹⁹

Quanto ao Instituto Histórico Brasileiro, o *Journal* do IHP chegou a dele se ocupar em algumas ocasiões especiais. Um delas se deu em 1839, com a divulgação de um texto sobre a fundação do IHGB publicado no magazine. Tal texto confessadamente vinculava a fundação do IHGB ao Institut Historique. Para isso, o trabalho reafirmava a própria proposta do IHP, fundado havia cinco anos e que tinha como uma de suas bases encorajar e difundir na França e no exterior as diversas especialidades que se ligavam à sua fundação. Conforme apresentava a matéria, esse estímulo do IHP à criação de instituições congêneres sempre fora uma ambição da entidade, apesar de os próprios sócios não terem acreditado, de início, que ela produziria maiores resultados.

durante três séculos”. Na verdade, Torres Homem reclamava que, embora o Brasil fosse um país continental, não havia ali uma academia ou instituição literária. Lembremos que o IHGB nasceria somente em 1838. “Résumé de l'histoire de la littérature, des sciences et des arts au Brésil”. In: *L'Investigateur*, Tome 1, 1834, p. 48.

¹⁹ Niquet inicia seu texto enaltecendo o fato de Debret ter ido “propagar a civilização em outros mares” e que isso era motivo de glórias para a França. Segundo ele, Debret consagrou uma estadia de 15 anos no Brasil e lá reuniu a coleção mais completa de documentos sobre a situação física e moral do país. Niquet situa Debret como um naturalista e historiador, estatístico e moralista, mas também e, principalmente, pintor fiel da realidade. Ele elogia a maneira perfeita com a qual Debret teria estudado e descrito os índios brasileiros, suas cabanas, seus modos de vida e sociedade. Para Niquet, em meio à colossal exuberância da natureza brasileira, o homem, depois de Debret, não era mais que um inseto. E sua obra serviria como complemento às obras que Langsdorff e Saint-Hilaire fizeram sobre a botânica e que Neuwied fez sobre a zoologia, bem como a que Southey, Ferdinand Denis e Warden fizeram sobre a história do Brasil. NIQUET, Stéphane. “Voyage pittoresque et historique au Brésil, depuis 1816 jusqu'en 1831, ou séjour d'un artiste français au Brésil, pendant les quinze premières années de sa régénération politique, par J.-B. DEBRET. *Compte rendu* de Stéphane Niquet”. In: *L'Investigateur*, Tome 1, 1834, pp. 53-54.

Porém, ao listar todas as sociedades que foram instituídas a partir das ideias do IHP ou que com ele teriam relações, o Institut estava reivindicando seu papel e se posicionando como uma das instituições pioneiras e responsáveis pela nova maneira de pensar a história no século XIX quando esta estava sendo feita fora dos círculos universitários. Dentre as instituições citadas no texto, constam as trocas mantidas com a Comissão Real de Londres, de Bruxelas e de Turim (teriam sido, segundo consta na notícia, as primeiras a estender a mão ao IHP). Os reis da Bélgica e do Piemonte, coloca o texto, tornaram-se seus colegas; Toulouse, Beziers e Montpellier também fizeram suas sociedades arqueológicas inspiradas no modelo do IHP. O texto cita, também, entre outras, a Sociedade Real dos Antiquários da França, as Sociedades de Antiquários do Oeste, da Normandia e de Morinie como ligadas ao IHP. Indo além, o texto questionava se não seria possível notar reflexos da organização e da divisão das classes do IHP nos Comitês Históricos fundados no Ministério da Instrução de Guizot e continuados por Salvandy. Fora da França, cita ainda a Sociedade dos Antiquários do Norte, sediada em Copenhague, Dinamarca e as Academias de História de Barcelona, Madri e Lisboa como associadas e amigas do IHP.²⁰ O texto vai citando, também, novas sociedades que se criaram, em Lausanne, na Suíça, nos Estados Unidos e no México.

Para arrematar a imponente listagem de associações congêneres com as quais o IHP mantinha relações, o artigo traz em destaque a notícia da criação do IHGB no Rio de Janeiro: “(...) enfim [veremos] o Brasil, esse grande e majestoso império transatlântico, cujas ideias, os gostos, as tendências são tão francesas, fundar nos primeiros dias do último ano, um Instituto Histórico que se glorifica de descender do nosso” (*L’Investigateur*, 1839 (10), p. 102). Em seguida, os estatutos do IHGB foram reproduzidos nas páginas do *Journal* (Idem, p. 105-108).²¹

²⁰ Em relação à Sociedade Real de Antiquários do Norte, esta, a exemplo de outras sociedades europeias que lhe eram similares, manteve profícuas trocas intelectuais com o IHGB durante as décadas de 1840 e 1850. Sobre o assunto, ver GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Uma parceria inesperada: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e Sociedade Real dos Antiquários do Norte. In: *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, n. 155 (384), p. 499-511, jul./set. 1994.

²¹ Entre outras informações, o documento do IHP mencionava o fato de que o presidente eleito para a nova associação ser sócio do IHP, o senador e conselheiro de Estado José Feliciano Fernandes Pinheiro, Visconde de São Leopoldo. Em seguida, o texto diz assim: “(...) O alvo principal do Instituto [IHGB] será de recolher e classificar os documentos históricos e geográficos que interessam ao Brasil. (...) O Instituto se colocará imediatamente em contato com o Institut Historique de Paris, ao qual ele endereçará todos os documentos relativos à sua instalação, assim como com outras sociedades estrangeiras cujo objetivo é o

Dando um grande salto no tempo, chegamos ao tomo de 1889 do *Journal L'Investigateur*, que trazia em sua edição uma resenha de seu colaborador A. Loiseau intitulada “La Revue de l'Institut Historique, géographique et ethnologique du Brésil (année 1883...1^{er} semestre 1888). *Compte rendu* de A. Loiseau” (*L'Investigateur*, 1889 (7), p. 42-51). Nela, o articulista oferecia um retrato daquela associação histórica e geográfica brasileira e fazia comentários sobre matérias publicadas na *Revista do IHGB*, lembrando o jubileu da entidade, ocorrido em 1888, mesmo ano em que se extinguiu, destaca a notícia, a escravidão no Brasil. Loiseau lembrava, ainda, as boas relações mantidas pelo IHGB com instituições europeias, particularmente as francesas. Para ele, o Rio de Janeiro, como sede que era da monarquia brasileira, era certamente uma cidade distante em termos geográficos de Paris e do mundo europeu, mas deles se conservava muito próxima quanto às instituições, os gostos artísticos e as aspirações científicas (Idem, p. 48). De acordo com Loiseau:

Lá existe, há cinquenta anos, uma Sociedade Histórica, Geográfica e Etnológica forte, séria e onde se trabalha muito. Eu não preciso dizer-lhes que ela floresceu sob o reinado do Mecenas brasileiro, todos sabemos, porque a ciência tem feito dele um de nós. - O Instituto Histórico do Brasil, “sob a proteção imediata de Dom Pedro II” é quase todo mês honrado pela presença do Imperador, que preside pessoalmente as sessões. Ele conta entre os seus membros quase todas as personalidades científicas, literárias e artísticas dos países da América Latina e da Europa tem um bom contingente de membros e correspondentes. Somente na França, destaco na tabela mortuária os nomes de Thiers, Pastoret, Walkenaer, Reybaud, Duc d'Elchingen, Dureau de Lamalle, Emile Say, Letronne, Chateaubriand, Chevalier de Saint-Georges, etc. O Instituto teve a boa idéia de nos enviar no ano passado, e pela primeira vez - é por isso que pensei que deveria vir aqui trazer alguns detalhes a seu respeito - um volume de suas memórias, que vós gentilmente me confiastes (Idem, *ibidem*).

O autor cita alguns textos importantes no grande volume de material presente na *Revista do IHGB* ao qual teve acesso. Dentre os trabalhos citados por Loiseau, dois chamam particularmente nossa atenção: a biografia do Marechal Francisco das Chagas

mesmo; e ele buscará abrir relações com as províncias do Império a fim de recolher todos os documentos que elas contêm”. Interessante notar que, logo em seguida, os estatutos reproduzidos mencionam novamente o desejo do IHGB de se corresponder com as províncias de seu próprio Império, pois são tomadas como “minas fecundas a serem exploradas”, mesmo princípio do IHP em relação à história francesa: ou seja, as histórias provinciais são para a associação brasileira de grande interesse e desde esse início dos trabalhos da casa a intenção de ter com províncias relações de proximidade é algo projetado e divulgado para sua congênere inspiradora. “Fondation d'un Institut Historique à Rio-Janeiro (Brésil). *Commentaire*”. In: *L'Investigateur*, Tome 10, 1839, p. 102.

Santos, de autoria de Fausto de Souza (*Revista do IHGB*, 1883 (2), p. 5-52)²² e a memória histórica “Guerra Civil do Rio Grande do Sul”, de Tristão de Alencar Araripe (*Revista do IHGB*, 1883 (2), p. 165-564). O longo e polêmico trabalho em que o Conselheiro Araripe tratava sobre uma das contendas que mais marcaram a relação de tensão entre o Império do Brasil e a região sulina era, então, mencionado nas páginas do *Journal* do IHP.²³ Talvez pelo grandioso volume de fontes reunidas, a parte documental da obra de Araripe, que vinha sendo publicada nas páginas da *Revista* desde 1882, mereceu destaque da pena do resenhista francês, que assim se pronunciou:

As pessoas importantes não são menos estudadas do que o país; por isso, uma longa biografia do Marechal de Campo Francisco das Chagas Santos, morto em 1858. Seguir este guerreiro ilustre em sua longa carreira é retomar a história do Brasil por quase um século, pois o herói esteve presente em todos os grandes eventos e todas as guerras de seu tempo. O autor, Major Fausto de Souza, deu, pois, provas de ser bom patriota, tanto quanto historiador verídico. Depois de uma longa notícia sobre os presidentes e os comandantes de armas na Província de Alagoas, se tem uma memória da guerra civil do Rio Grande do Sul, com registros e documentos de apoio: fontes valiosas aonde poderão consultar os historiadores de amanhã (Idem, p. 49-50).

²² Francisco das Chagas Santos foi um renomado militar brasileiro que, ao final de sua longa carreira (esteve por mais de 60 anos a serviço do exército), atuou na defesa da Província do Rio Grande durante a Revolução Farroupilha. Fora nomeado, inclusive, presidente provincial e comandante das armas em 1837, com o objetivo de conter a revolta. Em sua biografia, Fausto de Souza elogia o homem de armas que foi o Marechal Chagas e narra com riqueza de detalhes os episódios em que ele esteve envolvido em sua vasta carreira, destacando, especialmente, a relação que Chagas manteve, ao longo de sua trajetória, com o Rio Grande do Sul, província em que viveu a maior parte de sua vida e pela qual também foi deputado na Primeira Assembleia Nacional Constituinte, em 1823. Fausto de Souza afirma que, ao escrever a biografia do marechal, fazia mais de quarenta anos de seu passamento, que teria ocorrido, então, em 1840 (e não 1858, como informa a resenha de Loiseau). Sobre a atuação de Chagas durante a Farroupilha, um pequeno trecho atesta como se posicionou o biógrafo em relação ao episódio: “Não era, porém, chegada a estação do repouso; o destino reservava-lhe ainda grandes e os mais árduos trabalhos de sua vida. Pouco mais de um ano habitava em Porto Alegre, quando um acesso cerebral cortou a existência de sua esposa (...); o extremoso coração do velho General sangrava ainda por tão cruel perda quando o brado revolucionário de 20 de setembro de 1835 abria nova ferida no seu amor estremecido pela pátria, que ele sempre sonhara grande e forte pela união de suas províncias. A espada valorosa do Coronel Bento Gonçalves, tão temida pelos nossos inimigos, foi nesse dia desembainhada em defesa de uma causa injusta: a exigência de que fosse deposta uma autoridade legal, exigência que devia mais tarde transformar-se na separação da província, para constituir uma nova República. O Império estremeceu com este ato de loucura e a Província dividiu-se logo em dois grupos adversários, tanto mais terríveis quanto mais fortes eram os anteriores laços de amizade e de parentesco. (...) Muito conhecidas eram, de todos os chefes revolucionários, as ideias firmemente monarquistas do Tenente General Chagas, assim como este bem sabia que era prudente, com suas ideias, conservar-se no foco da rebelião; entretanto, não pensou em afastar-se da cidade, pois se aí havia perigo, seu lugar era junto do perigo, a fim de tentar, quando fosse oportuno, alguma coisa a favor da causa da legalidade. SOUZA, Augusto Fausto de. “Biografia do Marechal Francisco das Chagas Santos”. In: *Revista do IHGB*, Tomo XLVI, parte 2, 1883, pp. 41-42.

²³ Em 1880, publicou-se a parte histórica. As partes documentais do trabalho apareceriam na *Revista do IHGB* entre 1882 e 1884.

No que toca à biografia do Marechal Chagas, também ela trazia inúmeras considerações sobre a revolta Farroupilha, já que uma importante parte da trajetória do militar se confundia com o desenrolar da luta travada no sul do Brasil. O próprio trabalho de Araripe, “Guerra Civil do Rio Grande do Sul”, o primeiro escrito dedicado exclusivamente ao assunto, era uma das fontes mais utilizadas por Fausto de Souza, que seguidamente se referia a ele em sua narrativa biográfica.

Dessa forma, observa-se que o IHGB manteve ao longo de todo seu período de atuação nos tempos imperiais, um grande controle sobre as histórias de cada parcela da nação, no intuito de que elas pudessem ser todas concentradas e salvaguardadas no grande arquivo documental que montou no Rio de Janeiro. De acordo com essa estratégia de controle do IHGB sobre o passado nacional, no momento em que houvesse interesse em se divulgar quaisquer documentos a respeito das diversas províncias que compunham o Brasil, isso se daria pela liberação de acesso a documentos presentes no arquivo da entidade ou a partir dos inúmeros materiais que eram publicados na *Revista do IHGB* a respeito das províncias brasileiras. Assim, ao oferecer espaço em sua *Revista* para a divulgação das histórias particulares a cada província do Império, estava a agremiação brasileira cumprindo um objetivo caro ao próprio Institut Historique de Paris, seu modelo maior. Assim como a instituição parisiense, que desejava que a história da França pudesse ter como ponto de convergência a capital nacional, Paris, o Instituto Histórico Brasileiro tinha como objetivo concentrar em torno de si a produção histórica e geográfica que se fazia a respeito das províncias que compunham o Império. Na difícil tarefa de se construir uma identidade nacional para o vasto país, investir na centralização da história de cada uma das parcelas do país era garantir o controle sobre o passado nacional, lição que o IHGB tão bem tomara de sua instituição mestra, o IHP, e sobre a qual por muito tempo se manteria atento.

Fontes Primárias Impressas

Journal de l'Institut Historique de Paris, Paris, Tomos I a XII, 1834 a 1840.

L'Investigateur, Journal de l'Institut Historique de Paris, Paris, 1841 a 1890.

Revue des Deux Mondes. Recueil de la politique, de l'administration et des moeurs, Paris, 1829 a 1880.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, Tomos I a LII (1839-1889).

Referências

ARAÚJO, Valdei Lopes de. *A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008.

BANN, Stephen. *Romanticism and the Rise of History*. Nova Iorque: Twayne Publishers, 1995.

CARVALHO, Marcus J. M. de. Os nomes da Revolução: lideranças populares na Insurreição Praieira, Recife, 1848-1849. In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 23, n. 45, p. 209-238. 2003.

CEZAR, Temístocles. Lição sobre a escrita da história. Historiografia e nação no Brasil do século XIX. In: *Diálogos*, Maringá, v. 8, n. 1, p. 15-16, 2004.

DIAS, Maria Odila da Silva. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2005.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Uma parceria inesperada: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e Sociedade Real dos Antiquários do Norte. In: *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, n. 155 (384), p. 499-511, jul./set. 1994.

GUIMARÃES, Manoel Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 1, p. 5-27, 1988.

GUIMARÃES, Manoel Salgado. *Historiografia e nação no Brasil. 1838-1857*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011. Edições ANPUH.

HARTOG, François. *Evidência da história: o que os historiadores veem*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

HOBBSAWM, Eric. *A Era do capital, 1848-1875*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

HOBBSAWM, Eric. *A Era das revoluções: Europa, 1789-1848*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

LIMA, Lílian Martins de. "Um discurso sobre o Brasil: uma análise do jornal Minerva Brasiliense (1843-1845)". Disponível em: <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao16/materia02/texto02.pdf>. Último acesso em 13/06/2013.

LIMA, Luiz Costa. *História. Ficção. Literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. *Escrever vidas, narrar a história. A biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: FGV Editora/ EDUR/ ANPUH-Rio, 2011.

"Passagens Oceânicas, a Revista Nitheroy & a Revue des Deux Mondes". Disponível em: <http://bndigital.bn.br/francebr/revistasliterarias.htm>. Último acesso em 13/06/2013.

PERRY, Marvin. *Civilização ocidental: uma história concisa*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O Imaginário da Cidade: Visões Literárias do Urbano- Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre*. 2ª edição. Porto Alegre: Ed. Da Universidade, 2002.

SENA, Divino Marcos de. Tropas e condutores em Mato Grosso: camaradas e arrieiros (primeira metade do século XIX). In: *Revista Brasileira de História e Ciências Sociais*, São Leopoldo, vol. 3, n. 5, p. 44-55, jul. 2011.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. 2ª edição. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 231-269.

TIBURSKI, Eliete Lucia. Escrever a história do tempo presente. Francisco Adolfo de Varnhagen e a *História da Independência* (1816-1878). In: NICOLAZZI, Fernando; MOLLO, Helena; ARAUJO, Valdei. (org.). *Caderno de Resumos & Anais do 4º Seminário Nacional de História e Historiografia: tempo presente & usos do passado*. Ouro Preto: EdUFOP, 2010.